

# **PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO: O CAMINHAR DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE POLÍTICAS E GESTÃO EDUCACIONAL**

## **Eixo 3 – Política e Gestão da Educação Superior**

**Ubirajara Couto Lima**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB  
Grupo de Pesquisa Museu Pedagógico: GEILC  
bira.lima@hotmail.com

**Larissa Monique de Souza Almeida**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB  
Grupo de Pesquisa Museu Pedagógico: GEILC  
larymonik2@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo trata das ações de pesquisa, extensão e pós-graduação desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas e Gestão Educacional – GEPGE, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Consubstanciado numa metodologia qualitativa, o GEPGE, entre 2010 e 2012, desenvolveu dois projetos de pesquisa e extensão complementares e a implantação da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Educacional. Essas ações se configuram em anúncio da existência de projetos institucionais com identidade própria, impactos efetivos na qualidade dos processos e resultados que contribuem para a qualidade social da educação pública.

**Palavras-chave:** Pesquisa; educação superior; pós-graduação.

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho aborda as ações do Grupo de Estudos sobre Políticas e Gestão Educacional – GEPGE, vinculado à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, nos anos de 2010 e 2012, cujas atividades desenvolvidas fomentam os processos de pesquisa e extensão, buscando compreender como se configuram a de intervenção do Estado nas políticas educacionais brasileiras e na gestão da escola pública, visto que nos últimos anos, as lutas em torno da educação tem se voltado à garantia de processos democráticos na escola.

Durante o período citado realizamos diversos estudos, reuniões, discussões e produções que circunscrevem a proposta de estudo/ação do GEPGE, bem como o desenvolvimento de atividades que ultrapassaram os muros da academia e envolveram a comunidade local. Inicialmente, tratamos da relevância dos Conselhos Escolares como mecanismos basilares para o processo de democratização da escola, enfatizando a amplitude de sua atuação no ambiente escolar.

No primeiro semestre de 2010, cadastramos institucionalmente um projeto de extensão, sob a coordenação da Professora Daniele Farias Freire Raic, intitulado “Ressignificação: o conselho escolar na busca pela qualidade da educação”, visando contribuir com a implantação dos conselhos escolares de duas unidades escolares no município de Jequié, Bahia, sendo uma escola municipal e outra estadual, através de grupos de estudos, reflexões frente ao papel dos conselhos escolares e resignificação da atuação dos conselhos nas escolas envolvidas.

O projeto estruturou-se em encontros mensais contando com a participação dos conselheiros da unidade escolar - *in loco* - e a realização de uma mesa redonda para debatermos os resultados das ações desenvolvidas, envolvendo a comunidade acadêmica e a comunidade local. Devemos ressaltar que constava como culminância do referido projeto a criação e consolidação de um Fórum Permanente de Educação, com o propósito de discutir, avaliar e propor políticas para a gestão democrática da educação. Infelizmente, por questões estruturais essa ação não foi concretizada, o que deve ocorrer em breve.

Oportunamente, informamos que este texto está organizado em tópicos, os quais abordam, inicialmente, o princípio da gestão escolar com base na Constituição Federal, de 1988, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, enfatizando a perspectiva democrático-participativa em direção à melhoria da qualidade da educação pública. Em seguida, o percurso histórico do Grupo de Estudos sobre Políticas e Gestão Educacional e suas atividades desenvolvidas desde a sua criação até o final do ano de 2010, bem como a descrição do processo de investigação realizado nas escolas e dos resultados obtidos.

Na sequência, são abordadas as atividades de 2011, quando vivenciamos o período de consolidação do Projeto de Extensão “Grupo de Estudos sobre Política e Gestão Educacional” que foi desenvolvido no período de fevereiro a dezembro e cujas atividades eram organizadas em diversas ações, interligadas, com período de execução diferenciado: semanalmente, em encontros de estudos com membros envolvidos no projeto, ressaltando que este abrangeu a comunidade escolar da instituição em que ele foi realizado, bem como os interessados da comunidade externa. Em cada semestre aconteceram os Círculos de Debates com a participação dos membros do projeto e abertos à comunidade interessada, quando foram socializadas as reflexões feitas pelo grupo. Essas atividades culminaram com a realização de dois eventos: uma mesa redonda sobre Plano Nacional de Educação (PNE), e a segunda edição do evento “Educação e Temas Contemporâneos: Políticas, Desenvolvimento Social e Cidadania”.

E, finalmente, são tratadas as atividades do ano de 2012, como a realização da terceira edição do evento “Educação e Temas Contemporâneos: Políticas, Movimentos Sociais e Cidadania”, bem como a estruturação do Projeto da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Educacional e sua posterior implantação, a partir do segundo semestre.

## **OS NOVOS RUMOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO GARANTIA EFETIVA DA CIDADANIA**

A dupla face da descentralização, a política e a econômica, deixa-se evidenciar como uma clara contraposição de projetos antagônicos no seio da sociedade brasileira. De um lado, no contexto da luta pelo fim da ditadura militar, período caracterizado pela montagem de mecanismos de poder fortemente centralizado, novos sujeitos sociais que por iniciativa da sociedade civil ganham visibilidade na arena pública, por meio da luta de diversos movimentos sociais, de entidades sindicais diversas e de sujeitos oriundos das periferias dos grandes centros urbanos.

De outro lado, enquanto a sociedade civil envidava esforços no sentido de conquistar, universalizar e consolidar direitos sociais, o Estado brasileiro, afinado com as mudanças de ordem econômica que ocorriam nos países do centro do capitalismo, de onde emergiu o modelo neoliberal, definido por Menezes (2001, p.59) como “o receituário econômico e político, de caráter conservador, resultante da crítica ao Estado de Bem-Estar Social”, adota as imposições do capital internacional, então sob o comando dos órgãos multilaterais, e começa a implementar um processo que vai na contra-mão dos desejos democráticos da sociedade civil.

Nos últimos trinta anos, a sociedade civil brasileira, a partir de novas práticas político-culturais, tem buscado modificar as nossas raízes históricas de não-cidadania na formação do Estado e da própria sociedade, bem como dirimir as profundas desigualdades sociais que excluem boa parte da população dos benefícios do desenvolvimento e da modernização em curso no país. Nesse sentido, compreende-se que o nosso histórico autoritarismo advém da inexistência de uma esfera pública democrática – como espaço de produção de consentimento e regulação de conflitos sociais -, assim como pela ausência de mediações institucionais e sociais e de um sistema político que funcionasse como representação de interesses.

De forma incontestável, a promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um marco na trajetória de luta por direitos civis, políticos e sociais. Conhecida também como a Constituição Cidadã, ela estabeleceu a universalização de vários direitos, a destacar a

educação e a saúde, bem como determinou uma inédita configuração federativa, consubstanciada pela descentralização político-administrativa, a desconcentração dos recursos com partilha mais equânime da arrecadação em favor dos Estados e municípios e, algo primordial: a participação da comunidade na gestão das políticas públicas (LIMA, 2009).

Com a Constituição Federal de 1988 e a posterior regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, o princípio da gestão democrática da educação assume um novo caráter e, conseqüentemente, traz novas exigências para todos os envolvidos. Estabelece a participação de toda comunidade escolar nos processos decisórios da instituição, como na gestão da escola, na escolha direta dos diretores, na votação e eleição dos integrantes dos Conselhos Escolares e na construção de forma colaborativa do Projeto Político Pedagógico da escola. Outrossim, devemos pensar no conceito de participação não só restringindo-se às tomadas de decisões, mas também na execução de atividades. Este tema deve ser compreendido como uma relação mútua entre comunidade e escola, a fim de promover um benefício social e educacional para todos os envolvidos na comunidade escolar (PARO, 1995).

A política de gestão democrática da educação pressupõe um novo modo de administração escolar promovendo a construção coletiva da cidadania ao mesmo tempo em que garante aos indivíduos o conhecimento acerca dos seus direitos e deveres, favorecendo para a formação de uma visão política e democrática da realidade educacional e social.

As práticas ligadas à participação cidadã objetiva trazer a esfera de tomada de decisões para o nível local, sendo concebidas como forma de intervenção social periódica e planejada – que abrange todo o processo de formulação e implementação de políticas públicas –, institucionalizando-se a partir de estruturas criadas no aparato governamental (a exemplo dos conselhos gestores), compostas por representantes eleitos diretamente pela sociedade de onde eles provêm, já que a participação cidadã prescinde da institucionalização de canais para que haja o debate em torno dos interesses coletivos (GOHN, 2007).

O aumento da participação de educadores, pais e funcionários na gestão escolar se dão, principalmente, pela formação/organização dos Conselhos Escolares que exercem uma função mediadora entre Estado e sociedade, preconizando a continuidade das políticas educacionais que atualmente buscam promover a participação social no cenário educacional do país.

As ações desempenhadas pelo Conselho referem-se a medidas que visem a superação das atuais práticas escolares, as quais expressariam os condicionantes ideológicos, institucionais, político-sociais e materiais da participação da comunidade na gestão escolar

(PARO, 1995). Assim, este deve atuar com função deliberativa (o poder de decisão sobre determinadas questões), função consultiva (medidas que visem o aperfeiçoamento de ensino), função fiscal (fiscalização das verbas escolares, do cumprimento das normas institucionais) e função mobilizadora (incentivar a comunidade a participar das decisões da escola para uma melhor qualidade do ensino) promovendo transformações justas e igualitárias no cotidiano escolar.

Por conseguinte, os Conselhos Escolares apresentam-se como espaços públicos privilegiados, nos quais tensões e conflitos a respeito de questões educacionais podem surgir, superando práticas monolíticas ou pretensamente harmoniosas, ao tempo que se configuram como espaços institucionais de articulação de soluções locais para os problemas do cotidiano escolar.

A participação cidadã, segundo definição de Teixeira (2002), é um processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações. Ainda segundo o autor, a participação cidadã não faz uso apenas de mecanismos institucionais existentes ou a serem criados, mas articula-se a outros mecanismos que se legitimam pelo processo social, ou seja, mecanismos constituídos a partir da prática social, do movimento ação-reflexão-ação.

É importante destacar que a participação cidadã está em processo de construção atualmente, amalgamando causas reivindicatórias de grupos sociais diversos, articuladas com demandas específicas e gerais e fazendo uso de mecanismos institucionais e sociais e, assim conseguindo superar a dicotomia entre representação e participação.

## **O GRUPO DE ESTUDOS SOBRE POLÍTICAS E GESTÃO EDUCACIONAL COMO ESPAÇO DE DISCUSSÃO, PRODUÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO**

O desafio da universidade é, ao situar-se no contexto da sociedade, buscar transformar o conhecimento em um instrumento que rompa com a segregação social de modo a promover uma sociedade crítica, reflexiva e participativa. Ao passo que esta se caracteriza como produtora, transmissora e socializadora de conhecimentos. Sabemos que a universidade tem como função precípua a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Considerando que a discussão frente à gestão democrática da educação tem ganhado grande

visibilidade nos últimos anos é fundamental um trabalho consistente de amplo debate neste sentido, a fim de compreender e contribuir com sua efetivação na educação.

A proposta de criar um Grupo de Estudos voltado para a temática das políticas e gestão educacional surge da necessidade de ampliar essas discussões para além da sala de aula. Desse modo, o Grupo de Estudos sobre Políticas e Gestão Educacional – GEPGE inicia suas atividades em setembro de 2009, no Laboratório de Educação, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Jequié, sob a coordenação do Professor Mestre Ubirajara Couto Lima, tendo como integrantes nove alunos do curso de Pedagogia. Salientamos que o Grupo de Estudos está vinculado à Linha de Pesquisa “Educação e Movimentos Sociais”, do Grupo de Pesquisa do Museu Pedagógico - GEILC.

O GEPGE tem como objetivos fundamentais estudar/compreender/vivenciar as temáticas das políticas públicas e da gestão da educação, como também fortalecer a tríade estudo-pesquisa-extensão. A proposta fundamenta-se em atividades interligadas, apoiadas numa metodologia qualitativa, contando com a participação dos membros envolvidos (da Universidade e comunidade externa). As ações realizadas ainda preconizam a organização de eventos com a participação da comunidade acadêmica e da comunidade local, favorecendo o diálogo, a troca de experiências e valorização das diferentes formas de saber e a consequente melhoria do entorno político-social e educativo.

As primeiras reuniões foram primordiais para a consolidação do GEPGE, sendo definidas as Linhas de Estudos (Estado, Educação e Sociedade Civil; Gestão e Financiamento da Educação; e Democratização da Escola) e o cronograma de encontros semanais. A elaboração do quadro de atividades para 2010 foi acompanhada e discutida por todos os membros, os quais sugeriram como pressuposto inicial dos trabalhos os estudos acerca da implantação dos Conselhos Escolares na rede pública de ensino.

Naquela oportunidade, ficou decidido que os cadernos elaborados pelo Programa Nacional de Fortalecimentos dos Conselhos Escolares (2004) seriam apresentados e debatidos pelos membros do Grupo. Os cadernos abordam diversas temáticas fundamentais para dar sustentabilidade e viabilização ao funcionamento dos Conselhos Escolares e ao próprio significado do Programa, em seus objetivos, limites e possibilidades. Dentre as temáticas, destacamos: os direitos humanos; o tempo pedagógico; financiamento da educação; aprendizagem do aluno; democratização da escola e construção da cidadania.

Após a conclusão do processo de estudos e debates dos referidos cadernos, o Grupo inicia um trabalho de desenvolvimento do projeto de extensão “Ressignificação: o conselho escolar na busca pela qualidade da educação”, visando contribuir com o fortalecimento dos

Conselhos de duas unidades escolares no município de Jequié, Bahia, sendo uma escola municipal e outra estadual. Através de grupos de estudos, foram propostas reflexões acerca do papel dos conselhos escolares e da resignificação da atuação destes nas escolas envolvidas.

Em meados do segundo semestre de 2010, o GEPGE realizou sua primeira mesa redonda – “Educação e Temas Contemporâneos: Políticas, Desenvolvimento Social e Cidadania” -, tendo como meta discutir os resultados do projeto de extensão referido. Para tanto, firmou parcerias com outros professores da instituição que também propuseram temáticas como “políticas”, “desenvolvimento social”, “cidadania”, “Conselhos Escolares”, e os novos rumos da educação brasileira (CONAE e PNE), para serem debatidos neste evento.

Considerando que na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Jequié, há vários cursos de licenciatura, o evento permitiu estreitar os laços com as diversas áreas do conhecimento, favorecendo o diálogo, a troca de saberes, assim como possibilitou a socialização de conhecimentos e experiências, incentivando os participantes a compreenderem a natureza democrática para a melhoria do cenário educacional em detrimento de práticas sociais próprias da cultura política tradicional.

## **O GRUPO DE ESTUDOS NO INTERIOR DA ESCOLA**

Compreender os desafios e as implicações para a implantação dos Conselhos Escolares é fundamental no sentido de entender o ambiente escolar, enfatizando-o como espaço educativo, participativo e de formação crítica do sujeito. Nessa perspectiva, o Conselho estabelece relações institucionais de representação frente ao poder e à própria sociedade, além de ter sua forma de organização expandida para outras ações coletivas, ou seja, um espaço político e de construção da cidadania.

Assim, o projeto de extensão desenvolvido em parceria com duas escolas públicas do município de Jequié, Bahia, enfatizou o fortalecimento dos conselhos escolares, buscando conhecer as ações político-pedagógicas, sociais, administrativas e financeiras desenvolvidas por estes em direção à melhoria da qualidade da educação pública. Num primeiro contato com as escolas inseridas no projeto, por meio de observações e pesquisa participante, os membros do Grupo puderam estabelecer interações de saberes com os integrantes dos Conselhos Escolares, o que possibilitou observar a atuação dos conselheiros nas discussões acerca de diversos temas e na promoção de atividades integradas à comunidade. As funções dos Conselhos são relevantes para garantir que os membros da escola e da comunidade apreciem,

opinem e proponham ações que contribuem para a solução dos problemas de natureza pedagógica, administrativa ou financeira da escola (CISESKI E ROMÃO, 1997).

Com a continuidade do projeto, as entrevistas com os membros dos Conselhos foram embasadas na leitura das sete dimensões presentes no caderno *Indicadores de Qualidade na Educação* (2004), disponibilizado pelo MEC, a saber: ambiente educativo; prática pedagógica; avaliação; gestão democrática escolar; formação e condições dos profissionais de educação, ambiente físico escolar; acesso, permanência e sucesso na escola. Ressaltamos que nessas entrevistas nem todos os membros foram ouvidos, devido a pouca disponibilidade de tempo, bem como o desinteresse por parte de alguns conselheiros.

Os entrevistados relataram que as ações principais desempenhadas pelos Conselhos estão para garantir uma maior participação dos pais e alunos nas discussões acerca da instituição escolar, preconizando as sugestões destes nas reuniões e projetos desenvolvidos pelas escolas, além de salientarem a preocupação de todos os membros dos Conselhos quanto à aprendizagem dos alunos. Neste caso, o Conselho deve atuar com função mediadora entre professores e alunos, buscando sempre ressaltar o caráter dialógico do processo educativo em que todos os envolvidos devem empenhar-se na construção coletiva e significativa do conhecimento. Numa educação emancipadora, que busca a transformação da realidade, o conhecimento passa a ser fruto de uma construção coletiva, e, assim, o professor é mais do que o mero transmissor de conteúdos e o processo de ensino-aprendizagem adquire movimento de troca e de crescimento mútuo (BRASIL, 2004).

Outra questão referente ao processo de aprendizagem é a modificação do calendário do conselho de classe, que antes acontecia exclusivamente ao final do ano letivo com alunos que não obtinham um bom resultado na recuperação, sendo organizado, atualmente, ao final das unidades escolares, a fim de discutir a vida escolar dos educandos e seu desempenho durante cada unidade.

A partir dos resultados do trabalho de pesquisa e extensão realizado nas escolas foi possível organizar uma mesa redonda buscando debater e compreender o processo de implantação e desenvolvimento dos Conselhos Escolares. Para tanto, a colaboração de professores e alunos da UESB, bem como dos Conselheiros Escolares enriqueceu em muito o debate, incentivando a futura promoção de eventos como este que visa integrar a comunidade acadêmica e a comunidade local na discussão de temas contemporâneos da educação.

O projeto de extensão contribuiu com o fortalecimento dos conselhos escolares das escolas envolvidas, por meio da ressignificação e reflexão da atuação destes como fatores de melhoria na qualidade da educação. Apesar das dificuldades apresentadas, os participantes



puderam desempenhar as atividades atribuídas ao projeto evidenciando a necessidade de uma ação continuada no sentido de promover a capacitação e o fortalecimento dos Conselhos Escolares.

Os estudos, pesquisa e extensão até aqui relatados foram fundamentais para abrir novas possibilidades de socialização das experiências realizadas, incentivando outras escolas públicas a implantar seus conselhos de natureza democrática, contribuindo para a construção da escola como um espaço coletivo de aprendizagem dos alunos, dos educadores e das comunidades nas quais se inserem, rompendo com uma cultura escolar individualista, fragmentada e competitiva e colaborando com a melhoria da qualidade da educação pública.

Em 2011, com o objetivo de contribuir para a construção de uma cultura solidária, coletiva e colaborativa entre professores, alunos, famílias e o entorno da escola, propomos o projeto de extensão “Grupo de Estudos sobre Políticas e Gestão Educacional”, que ao longo do ano desenvolveu atividades interligadas, apoiadas numa metodologia qualitativa e fundadas nos princípios do diálogo, da valorização das diferentes formas de saber e das multirreferencialidades dos sujeitos envolvidos, a saber, discentes do Curso de Pedagogia e comunidade escolar das instituições colaboradoras.

Conforme previsto no referido projeto, iniciamos nossas ações com a realização de estudos ancorados em quatro eixos: A importância da Gestão Democrática na melhoria da qualidade da Educação Pública; A Participação nos processos decisórios de Gestão da Escola Pública; Financiamento da Educação e a Gestão Financeira da Escola; e O Pedagogo e a Gestão dos Espaços Sócio-educativos.

Desse modo, realizamos estudos de produções teóricas, de cada eixo, que enfocavam resultados de experiências inovadoras viáveis e, principalmente, geradoras de melhorias nos processos e resultados educacionais. Esses estudos foram cruciais para a qualidade da ação ulterior na qual desenvolvemos círculos de debates consubstanciados nos relatos de experiências de professores e gestores das escolas locais envolvidas. Julgamos que em face do importante papel da universidade como instituição de produção e socialização do conhecimento com vistas a estreitar os laços com as escolas da educação básica, possibilitamos o diálogo, a troca de saberes ao criar as condições para que os educadores (formação inicial e continuada) compreendam o seu compromisso histórico dos educadores com a qualidade da escola pública, laica e gratuita.

Os desdobramentos das ações relatadas acima culminaram em dois encontros/eventos que reuniram discentes e docentes da UESB; discentes e docentes de outras IES; docentes, discentes e gestores das unidades escolares municipais e estaduais; monitores e bolsistas dos

Projetos de Extensão, do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID; Centro Interdisciplinar de Pesquisa Agroambiental - CIPAM; e Movimentos Sociais.

O primeiro encontro/evento foi a Mesa Redonda sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) “PNE 2011-2020: Um novo marco legal para a educação brasileira”, que se constituiu num debate sobre questões atinentes à tramitação, aos limites e desafios do novo PNE para elevar a escolaridade da população, melhorar a qualidade de ensino e reduzir as desigualdades sociais.

O segundo encontro/evento, “Educação e Temas Contemporâneos II: Políticas, Desenvolvimento Social e Cidadania”, ancorado numa formatação dialógica e interdisciplinar, constituiu-se num debate epistemológico, teórico e político de temáticas relacionadas à Educação e sua intersecção com a emancipação social em seus âmbitos local, nacional, regional e mundial. Esse evento, que teve mais de 300 (trezentas) inscrições, mobilizou alunos e professores que, através da articulação ensino e pesquisa, marcaram presença em todas as atividades, especialmente nas comunicações orais e publicação de trabalhos. Dos 63 trabalhos inscritos, 41 foram aprovados e publicados nos *Anais Educação e Temas Contemporâneos II: Políticas, Desenvolvimento Social e Cidadania*, ISSN 2237-0927.

No segundo semestre de 2012, de 25 a 28 de novembro, em parceria com o Colegiado de Pedagogia, foi realizado o evento “Educação e Temas Contemporâneos III: Políticas, Movimentos Sociais e Cidadania”, onde foi possível reunir os docentes e discentes do curso de Pedagogia e de outras licenciaturas da UESB, além de professores e gestores de outras IES e de unidades escolares dos municípios circunvizinhos e do Estado. O evento em tela congregou várias atividades, tais como apresentação de Pôsteres, Comunicações Orais, Minicursos, Mesa Redonda e Sessão Especial. Os trabalhos apresentados foram publicados nos *Anais da V Semana de Pedagogia e do Educação e Temas Contemporâneos III: Políticas, Desenvolvimento Social e Cidadania*, ISSN 2237-0927.

## **A PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

No primeiro semestre de 2012, o GEPGE trabalhou arduamente para estruturar o projeto de criação da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Educacional, aprovado pela Área de Fundamentos da Educação (AFE) e pelo Departamento de Ciências Humanas e Letras (DCHL), que o encaminhou para a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, a fim de seguir as tramitações institucionais. O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da

Universidade aprovou o Projeto através da Resolução CONSEPE 019/2012, de 09 de maio de 2012. O passo seguinte foi preparar o edital de seleção (nº. 092/2012), disponibilizado na página oficial da UESB no dia 21 de junho e publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia no dia 26 de junho de 2012.

O período para inscrições foi de 25 de junho a 13 de julho, tendo como público alvo professores, técnicos, dirigentes e assessores em educação, que fossem portadores de diploma em licenciatura plena ou certificado/declaração de conclusão de curso fornecido pelo órgão competente; e demais profissionais ligados à área educacional, que comprovarem atuação em sistemas de ensino e instituições educacionais, a fim de preencher um total de quarenta (40) vagas.

Das duzentas (200) inscrições que recebemos, cento e cinquenta e três (153) foram homologadas e cujos candidatos/as foram autorizados/as a participar das três (3) etapas do processo seletivo – prova de conhecimento (eliminatória), análise do currículo (classificatória) e entrevista (classificatória). O resultado final foi divulgado no dia 16 de agosto de 2012, através da Portaria UESB nº. 1.553. E as aulas tiveram início no dia 24 de agosto de 2012, no Campus Universitário de Jequié. O curso tem um total de quatrocentos e trinta horas (430h), oferecido em três módulos (I-150h; II-140h, III-140h) e as disciplinas estão sendo ofertadas quinzenalmente, compreendendo ao todo quinze (15) componentes curriculares. O Trabalho de Conclusão de Curso constitui-se na produção de um artigo científico (a ser publicado numa coletânea), resultado do Projeto de Intervenção, construído ao longo dos três módulos pelo/a discente em parceria com o seu/sua orientador/a, e aplicado ao final do terceiro módulo.

Até o presente momento já foram cumpridos doze componentes curriculares, a saber: Novas Tecnologias e a Gestão Educacional (30h); Políticas Públicas da Educação (30h); Qualidade da Educação (30h); Avaliação, Indicadores e Metas (30h); Financiamento da Educação e a Gestão Financeira da Escola (30h); Currículo e Gestão Educacional (30h); Metodologia da Pesquisa Educacional (30h); Processos e Mecanismos de Democratização da Escola (30h); Planejamento Educacional e Organização do Trabalho Pedagógico (30h); Avaliação Institucional e Gestão da Educação (30h); Metodologia da Pesquisa: Projeto de Pesquisa/Intervenção (30h); Tópicos Especiais I: Estudo Etnográfico (20h); e Tópicos Especiais II: Pesquisa-Formação (20h).

A Pós-Graduação foi criada ensejando, em primeiro lugar, refletir a educação enquanto fenômeno social, político, econômico e cultural, para compreensão da complexidade e demandas dessa conjuntura no atual contexto social; em segundo lugar, contribuir para formação e/ou qualificação de gestores educacionais na perspectiva da gestão democrática

para efetivação do direito à educação escolar com qualidade social pautada na diversidade e na emancipação humana; e em terceiro lugar, compreender a função da gestão escolar, visando a ressignificação de conceitos e práticas da gestão democrática no contexto educacional.

O referido Curso consubstancia-se numa caracterização voltada para a formação de profissionais de educação e a sua proposta pedagógica está focada em uma concepção de formação humana e da gestão educacional dentro dos marcos da democracia e da cidadania. Nesse sentido, o desafio maior é a busca no intuito de fomentar melhorias e incentivar inovações na prática cotidiana da gestão educacional que convirjam para a elevação qualitativa da educação nos espaços formais e não-formais.

## **A GUIA DE CONSIDERAÇÕES**

O desenvolvimento das atividades nos permitiu vivenciar os processos democráticos constituídos através das práticas de descentralização do poder, bem como compreender como vem se desenvolvendo a democratização administrativo/pedagógica no interior das escolas públicas, enfatizando as perspectivas e desafios em abrir as portas da escola à comunidade, para que ações sejam pensadas e desenvolvidas de forma colaborativa preconizando a construção de uma nova escola pública em que novos valores éticos e culturais sejam constitutivos de práticas mais democráticas e socialmente referenciadas.

Considerando que a discussão frente à gestão democrática da educação tem ganhado grande visibilidade nos últimos anos é fundamental um trabalho consistente de amplo debate neste sentido, a fim de compreender e contribuir com a efetivação desta na educação. A proposta de extensão “Grupo de Estudos sobre Políticas e Gestão Educacional” visa manter um íntimo diálogo entre ensino, pesquisa e extensão, vez que se trata de atividades desenvolvidas com a participação de docentes e discentes das licenciaturas e outros membros da comunidade externa à UESB.

Diante da necessidade de que a Universidade assuma seu espaço como um lócus de debates onde o dissenso precisa ser anunciado, cabe-nos asseverar que o GEPGE consolidou-se como um espaço de discussão, produção e socialização do conhecimento, criando possibilidades para o enfrentamento dos problemas da escola pública, além de incentivar a participação de novos pesquisadores na área de educação, principalmente com a implantação da primeira turma da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Educacional, a fim de que

semânticas legítimas da convivência política e social possam ser refletidas como uma possibilidade de engendrar/forjar novos olhares, novas práticas sociais emancipatórias.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. **Indicadores da qualidade na educação**. Unicef, PNUD, Inep-MEC. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Brasília: SEB /MEC, 2004.

\_\_\_\_\_. Conselho Escolar e a aprendizagem na escola. In: **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Brasília: SEB /MEC, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso: 20 dez. 2010.

CISESKI, A. A.; ROMÃO, J. E. Conselhos de Escola: Coletivos instituintes da Escola Cidadã. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (orgs.). **Autonomia da Escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997. cap. 5, p. 65-74.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Ubirajara Couto. **As práticas de participação institucionalizadas e sua relação com a cultura política: um estudo sobre o conselho de acompanhamento e controle social do FUNDEB**. 2009, 109 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MENEZES, Raul Miranda. **Processo de gasto e descentralização na política educacional brasileira**. Em Aberto, Brasília, DF, v.18, n°. 74, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 1995.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.